



IMPACTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO COTIDIANO DE UMA ESCOLA PÚBLICA PERNAMBUCANA

Lúcia de Fátima Farias da Silva¹; Ana Paula Bispo da Silva²

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores.
luciafariasingente@yahoo.com.br; ²*Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)- Departamento de Física.*
anabispouepb@gmail.com

Resumo:

O presente estudo se situa no âmbito de uma pesquisa acerca das descrições feitas pelos professores de uma escola pública pernambucana sobre as repercussões no cotidiano escolar motivadas pela implementação das políticas educacionais. Considera as políticas públicas propostas pelo Estado em uma conjuntura de reformas no modelo de gestão com foco nos resultados desenvolvido em Pernambuco na última década. Cumpre ressaltar que esta pesquisa encontra-se em andamento, e o presente artigo contempla o resultado parcial, pois enfoca uma parte da revisão bibliográfica, especialmente no que diz respeito à questão da avaliação externa. Pretende-se ter como produto resultante da pesquisa, um relato histórico resgatando as reminiscências da Escola a partir dos pontos de vista, das experiências e relatos descritos pelos professores e um museu dedicado à preservação das memórias da instituição. A pesquisa tem uma proposta metodológica de cunho qualitativo, sendo utilizado o método estudo de caso, apoiando-se em relatos concedidos por pessoas-fonte por meio de entrevistas semiestruturadas, além de pesquisa documental. Os dados obtidos serão analisados por meio da Análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2009). Ao investigar os impactos das políticas educacionais no cotidiano da unidade escolar em estudo, possibilita-se a análise histórica da construção da memória institucional, componente fundamental da identidade da escola na ocasião em que comemora quarenta anos de atuação. Ademais, tem-se a oportunidade de contribuir para o debate educacional em Pernambuco, na medida em que é dissecada e exposta a história da educação do Estado na ótica dos professores, ou seja, do interior da escola.

Palavras chave: Política Educacional. Avaliação, Cotidiano Escolar, Currículo.

Introdução

A escola é o âmbito do sistema educacional onde acontecem efetivamente os processos mais importantes; é na escola onde o ensino e a aprendizagem sistematizados e intencionais de fato tomam corpo e acontecem. A escola de educação básica, responsável pela preparação dos estudantes para a continuidade dos estudos e para o mundo do trabalho, além de enfrentar inúmeros desafios no cumprimento da sua função, vivencia atualmente a expectativa de implementação de uma importante política educacional: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que já traz em seu bojo múltiplas discussões.

As políticas públicas influenciam a vida dos cidadãos, pois se constituem em ações



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

desencadeadas pelo Estado visando ao atendimento de demandas da sociedade. As políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar, regulam e orientam os sistemas de ensino. Nesse contexto, propõe-se uma pesquisa que pretende analisar a concepção dos professores que atuam numa escola pernambucana acerca das mudanças ocorridas no cotidiano escolar, motivadas pela efetuação de políticas públicas educacionais, no último decênio. Com esta intencionalidade, busca-se analisar o papel dos educadores no processo de implementação das políticas estaduais de educação, identificando, a partir das descrições dos professores, as principais transformações ocorridas na Escola, decorrentes da execução de tais políticas.

No caso em estudo, serão consideradas as políticas educacionais propostas pelo Estado, em uma conjuntura de reformas no modelo de gestão desenvolvido em Pernambuco na última década; aquelas que demandaram maiores efeitos no contexto escolar, modificando aspectos fundamentais da escola, tais como: currículo, avaliação, prática docente, gestão. Assim, apesar de a instituição estudada ter quarenta anos de atuação, a pesquisa focará especialmente o último decênio, considerando a importância estratégica das transformações ocorridas neste período, tendo sido provocadas pela implantação de políticas estaduais de educação.

A pesquisa permitirá a composição de uma linha histórica da instituição, mostrando como a escola teve sua trajetória de trabalho e atendimento à comunidade alterada pela execução de políticas públicas, segundo a interpretação dos professores, configurando, desta forma, a cultura escolar que está arraigada nos fazeres e saberes construídos na própria escola e os meandros de como esta cultura vai se atualizando, ou seja, como a instituição escolar vai se adequando aos novos contextos modificados ou direcionados pelas políticas implementadas.

Quanto aos professores, considera-se poder, nesta pesquisa, contribuir para a reflexão sobre suas necessidades profissionais e suas percepções cotidianas, para que possam se tornar, como diz Lankshear e Knobel (2008, p.15), “mais conscientes da complexidade do processo educacional, cientes de que ele não pode ser entendido à parte dos contextos sociais, históricos, filosóficos, culturais, econômicos, políticos e psicológicos que os moldam”.

Para a sociedade como um todo, tem-se a oportunidade de elaborar importante fonte para o debate sobre os rumos da educação em Pernambuco, na medida em que é dissecada e exposta a história da educação no Estado vista do interior da escola, ou seja, pelos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

professores. Como também, possibilita-se a análise histórica da construção da memória institucional componente fundamental da identidade da escola quando comemora seus quarenta anos de atuação.

Referencial Teórico

Ao tratar do tema que analisa os impactos das políticas públicas no cotidiano das escolas, foram identificadas algumas pesquisas já realizadas como, por exemplo: Ferreira e Nogueira (2016) analisam uma política pública, o Plano Nacional de Educação (PNE), considerando os reflexos produzidos no cotidiano escolar; analisa a questão da judicialidade e das consequências da implementação do PNE, recorrendo a consultas bibliográficas. Já Delgado (2012), analisa o impacto das políticas públicas nas práticas escolares, sobretudo as avaliativas, a partir da implantação dos ciclos e da progressão continuada, por meio de observações sistemáticas do cotidiano escolar. Enquanto Falsarella (2005, 2013) analisa, por intermédio de observações e entrevistas, a repercussão das políticas públicas desencadeadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 9394/96) na autonomia e decisões tomadas pela equipe escolar para elaborar o projeto pedagógico.

A presente pesquisa prioriza a ótica dos atores internos da escola, pois incide sobre as interpretações dos professores acerca das transformações da escola mediante o desenvolvimento das políticas estaduais de educação. Ao expressar sua visão, os professores entrevistados estarão contribuindo para a elucidação de cenários e fatos ocorridos na escola, formatando, conjuntamente à sua história de vida profissional, a própria história da instituição. Neste caso, os depoimentos são valiosos não só para a compreensão dos processos de implementação de políticas educacionais, como também, permitem colocar em foco a metodologia de produção e exploração de documentos orais. Ao tomar como objeto de análise as entrevistas contendo os relatos dos professores, a pesquisa se propõe a discutir as possibilidades e os limites desse procedimento metodológico para o estudo da história da educação no Estado. Neste sentido, considera-se o grande crescimento do número de pesquisas na área de educação no Brasil observado nas últimas três décadas, como também uma ampliação e diversificação das temáticas estudadas, dos referenciais teóricos e nas abordagens metodológicas utilizadas na produção de trabalhos científicos. Segundo André (2001, p.54), “se o papel do pesquisador era sobremaneira o de um sujeito ‘de fora’, nos últimos dez anos tem havido uma grande valorização do olhar ‘de dentro’, fazendo surgir



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

muitos trabalhos em que se analisa a experiência do próprio pesquisador ou em que se desenvolve a pesquisa com a colaboração dos participantes”.

No contato direto e diário que tenho com os colegas professores no cumprimento da função profissional, verifico que a questão da implementação das políticas públicas educacionais e as repercussões no cotidiano da escola tem despertado a atenção de todos. Quando nos referimos ao termo política pública o entendemos segundo Oliveira (s/d, p.1) que diz “é uma expressão que visa definir uma situação específica da política”. Do ponto de vista etimológico, política pública refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território, pois “política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis* (OLIVEIRA, p.1).

Quanto à concepção de política, Falsarella (2013, p.256) aponta alguns conceitos acadêmicos vigentes, tais como: “arte de governar conquistando consensos, convivência entre diferentes ou, ainda, ação organizada de grupos sociais para alcançar fins coletivos”. Entretanto, convém destacar que é difícil se chegar a um consenso quanto ao conceito de política, “uma vez que toda ação política envolve disputa por diferentes interesses, alguns postos a serviço das condições gerais de vida da população, outros mais voltados a interesses particulares, empresariais ou corporativistas” (FALSARELLA, 2013, p.256). Já a palavra pública é de origem latina, *publica*, e significa povo, do povo” (OLIVEIRA, s/d, p.1). Contudo, contemporaneamente a expressão política pública tem tomado dimensões mais amplas haja vista o avanço das condições democráticas em várias partes do mundo e a diversidade de arranjos institucionais de governos. Assim, “o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (SOUZA, 2003, p. 13, citado por OLIVEIRA, s/d, p.1). Neste trabalho, toma-se o conceito de política pública proposto por Azevedo (2003, p. 38, citado por OLIVEIRA, s/d, p.2), ou seja, “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Dentre as políticas implementadas pelo Estado no período considerado para a pesquisa, isto é, de 2006 a 2016, destacam-se o *Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP)*, que atingiu vários segmentos do governo, inclusive a educação, o *Ganhe o Mundo (PGM)*, um programa de intercâmbio de estudantes do ensino médio, o *Programa de*



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Formação Continuada de Gestores Escolares de Pernambuco (PROGEPE), que propõe a formação de gestores e fortalecimento da gestão escolar democrática no Estado, o *Professor Conectado*, que doou um computador portátil (*notebook*) a cada professor da rede, o *Pacto pela Educação*, que estabeleceu parâmetros para o monitoramento das escolas ditas prioritárias, o *Programa de Educação Integral*, uma política de educação integral para o ensino médio e, entre outras, o *Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE)*, uma política de avaliação das escolas públicas da rede estadual ou municipal, a depender da adesão do Município. Dentre estas, foram selecionadas duas políticas para serem analisadas na referida pesquisa: o SAEPE e o Programa de Educação Integral. As razões para esta escolha referem-se à importância estratégica das transformações no cotidiano escolar por elas motivadas em significativos aspectos do contexto e da cultura escolar como, por exemplo, a prática docente, a gestão, o currículo e a avaliação.

O tema avaliação foi eleito para ser abordado neste artigo, visto que os professores são cada vez mais responsabilizados quanto aos resultados alcançados pelos alunos nas avaliações externas, ao mesmo tempo em que a escola é cobrada pela educação integral dos estudantes. Na sociedade contemporânea, as necessidades da educação cidadã trazem para o interior da escola, demandas como a questão racial, violência, identidade de gênero, preconceitos, modelos diversos de família, dentre outros. E, neste contexto, “o docente é e se percebe sempre como o principal – se não o único – responsável pelo funcionamento da classe” (TARDIF e LESSARD, 2009, p.64). Ademais, a escola pesquisada, como toda a sociedade brasileira, vive um momento de expectativa quanto à definição e implementação da BNCC, um documento que, segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2016 p. 24) tem a finalidade de “orientar os sistemas na elaboração de suas propostas curriculares, tendo como fundamento o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento”.

Para o Ministério da Educação, o que deve nortear um projeto de nação é a formação humana integral e uma educação de qualidade social. Entretanto, acalorados debates sobre projetos de nação e caminhos para alcançá-los, tem acontecido mesmo antes de circular a primeira versão da BNCC para consulta pública, entre os agentes políticos públicos ou privados, que concorrem para a elaboração e validação do documento. Algumas críticas, sobretudo quanto à presença, ausência ou excesso de conteúdos presentes na proposta são feitas nos meios de comunicação, artigos, e mesmo nos debates ocorridos no interior das escolas. São vários os aspectos importantes a serem conhecidos e discutidos sobre os



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

conteúdos, estratégias pedagógicas ou ideologias presentes na BNCC, além de outras questões essenciais como, por exemplo, a influência dos agentes privados na construção do documento. Quanto a este aspecto, Macedo (2014, p.1533) identificou inúmeros parceiros privados que estiveram (estão) “insidiosamente presentes” no debate da BNCC, o que a levou a questionar e a sugerir, numa entrevista a Carta Capital (FREITAS, 2016), que “tais agentes políticos privados estão ávidos por incorporar vigorosamente à educação pública uma lógica empresarial contemporânea. A escola como empresa”.

Nesta entrevista, a autora resume algumas preocupações:

Embora objetivos e avaliações devam ser assuntos caros à educação, incorporar uma lógica empresarial, que desconsidera o que não pode ser medido e dá centralidade aos resultados, pode ser altamente nocivo. O imponderável fica de fora. O desejo por resultados e, por consequência, a competição podem acabar por sobreporem-se a elementos essenciais dos processos de aprendizagem. Os significados que atribuímos às coisas e aos fatos (de toda natureza), por exemplo, vão além das relações de causas e efeitos padronizáveis e mensuráveis. Não se mede a dor pela quantidade de sangue derramado, nem a alegria pela largura do sorriso. (MACEDO, 2014 apud FREITAS, 2016)

Assim, a pesquisadora identifica novas formas de sociabilidade nas políticas públicas educacionais que “criam uma forma de regulação baseada na avaliação, segundo modelos privados de gestão, e visam expulsar da educação o imponderável” (MACEDO 2014, p.1530). Portanto, uma das maiores críticas à BNCC é que ela sirva para legitimar as avaliações de larga escala, ficando os professores a serviço das avaliações.

Esta preocupação tornou-se perceptível, no âmbito da escola pesquisada, por ocasião da discussão com o grupo de professores sobre as contribuições a serem postadas no site da BNCC durante o período em que estava aberta à consulta pública. A inquietação maior girava em torno da quantidade de conteúdos trazidos pela proposta inicial, pois, entendia-se que, se tudo fosse validado, os professores estariam corroborando a avaliação de uma enorme carga de conteúdos, independente de o tempo ser suficiente ou bastante para o trabalho com os estudantes considerando seus tempos pedagógicos, os conteúdos voltados ao local/regional, a contextualização e interdisciplinaridade, passando, o ensino, a ser adestramento ou treinamento para as avaliações.

A BNCC ainda não está em vigor, mas existem prazos. A implementação da BNCC vai ficar nas mãos das redes e, por isso, vai acontecer de maneiras diferentes pelo Brasil. Porém, ela ainda deve levar alguns anos para ter um impacto no ensino. Entretanto, em Estados onde já se adotam políticas de responsabilização com a importação das formas de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ação empresarial para a gestão da educação, alguns dilemas postos à mesa de discussão da BNCC já são vivenciados, haja vista o que, resumidamente, é destacado pela literatura como, por exemplo: o estreitamento curricular, fraudes, preparação para os testes, e em alguns casos redução da cooperação entre professores, falta de motivação e até mesmo queda nos resultados dos alunos nos testes (HOUT; ELLIOTT, 2011, citado por FURTADO e GALVÃO, 2014, p.2), além do aprofundamento das diferenças sociais com a concentração de estudantes com nível sócio econômico cultural mais elevado nas escolas com maiores índices, e, portanto, tendo acesso às melhores oportunidades de educação e trabalho.

Alguns dos “sintomas” mencionados anteriormente são perceptíveis na escola pesquisada que está localizada em Pernambuco, Estado que apresenta um sistema próprio de avaliação, o SAEPE, desde 2000 (bienal, passando a ser anual a partir de 2007), com adoção do Bônus de Desempenho Educacional (BDE) a partir de 2008. O SAEPE aplica anualmente testes de Língua Portuguesa e Matemática, cujos resultados são considerados, juntamente com o fluxo escolar, a exemplo do IDEB, para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE). Este é o indicador oficial de qualidade da educação pública do estado que deve servir para diagnosticar e avaliar a evolução de cada escola ano a ano; é usado para a definição das metas pactuadas anualmente por cada escola e a Secretaria de Educação. O BDE foi instituído como premiação paga coletivamente, ou seja, todos os funcionários das escolas estaduais que consigam atingir as metas e estejam alocados na escola há pelo menos 6 (seis) meses no ano em que foram realizados os cálculos da bonificação farão jus ao recebimento de bônus variável de acordo com percentual de cumprimento das metas calculadas pelo estado.

A Escola Severino Farias, escola campo de estudo nesta pesquisa, é uma instituição creditada pela comunidade local como de boa qualidade, que enfrentou, a partir do ano 2008, o desafio de alcançar as metas anuais do IDEPE estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado, intento superado apenas no ano 2012 em diante.

O lócus da pesquisa: uma escola pernambucana

A Escola Severino Farias está localizada na região agreste de Pernambuco, jurisdicionada à Gerência Regional de Educação (GRE) Vale do Capibaribe. Sua escolha como lócus da pesquisa se deu pela identificação da minha trajetória profissional com seu percurso histórico. Além disso, considero que, diante dos desafios e transformações por que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

passou na última década, esta importante escola surubinese, ao completar quarenta anos, vivencia um momento propício para a reflexão sobre seu trabalho educativo, na visão dos próprios professores. Integra o Programa de Educação Integral da Secretaria de Educação do Estado desde 2010, e, em 2012, passou a adotar o ProEMI do MEC, que deu suporte técnico e financeiro às atividades de ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola, até 2015. Oferece o ensino médio em jornada semi-integral (35 horas aula semanais) no período diurno, e Educação de Jovens e Adultos (EJA) Médio no turno noturno. Como todas as escolas da rede, é avaliada anualmente em Língua Portuguesa e Matemática, para o cálculo da proficiência dos alunos dos terceiros anos nestes componentes, para fins de cálculo do IDEPE.

Na escola pesquisada percebem-se subjetivamente decorrências da política de responsabilização entre professores de língua portuguesa e matemática, os componentes avaliados no SAEPE, que impactam no currículo vivido em sala de aula, semelhante ao apresentado por Furtado e Galvão (2014, p.4):

Efeitos não desejados podem ser percebidos quando 52,7 % dos professores afirmaram que existe maior ênfase nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, há também um possível treinamento para os testes da avaliação estadual (87,9%), além de algum estreitamento curricular, tendo em vista que 91% dos professores disseram dar maior ênfase nas questões que fazem parte da matriz curricular do SAEPE.

O currículo praticamente passa a ser definido pela matriz de referência do SAEPE e ENEM (para os 3^{os} anos), sentindo-se, os professores de língua portuguesa e matemática, sobrecarregados pela responsabilidade e peso quase que exclusivo dos resultados da escola e, conseqüentemente, na definição do BDE, além do conceito da escola na comunidade diante da comparação com as outras escolas da rede.

Neste contexto, pretende-se averiguar de forma mais ampla e profunda as mudanças provocadas pelas políticas públicas implementadas na escola em estudo e como os professores as descrevem, sendo, então, delineada a pesquisa de onde se fragmentou este artigo, e cujo planejamento se encontra a seguir.

Planejamento da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, visto que “o interesse central dessa pesquisa está em uma interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações em uma realidade socialmente construída” (MOREIRA, 2011, p.76). É um estudo de caso, apoiando-se em relatos concedidos por pessoas-fonte por meio de entrevistas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

semiestruturadas, além de pesquisa documental utilizando-se de documentos oficiais especialmente a Lei Complementar Nº 125 de 10/07/2008, que cria o Programa de Educação Integral de Pernambuco e a Nota Técnica emitida pela Secretaria de Educação do Estado que esclarece a rede sobre o SAEPE e as Metas para a Educação Básica considerando os indicadores educacionais do Estado, sobretudo o IDEPE. Além da análise destes documentos, poderão servir para consulta durante o desenvolvimento da pesquisa outros documentos, tais como: Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares, Portarias, Instruções de Avaliação, Matrizes curriculares, além do Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento, Diários de classe, Planejamentos, Atas de reuniões, Caderno de anotações, dentre outros.

A população envolvida é constituída por professores que atuam na escola campo de estudo durante toda a década em que se limita a pesquisa, e que vivenciaram, na função de docência ou de gestão, as mudanças decorrentes da implementação de políticas educacionais que interferiram em aspectos importantes, tais como: gestão, avaliação, currículo, prática docente. Serão entrevistados todos os professores que atuaram na escola pesquisada desde o ano de 2006 até os dias atuais. Não participam da pesquisa outros profissionais que não tenham nenhuma ligação com a escola estudada ou que não sejam professores, dada a posição estratégica do educador em vivenciar experiências pedagógicas na sala de aula ou na gestão da escola.

Como dito anteriormente, o foco da pesquisa está direcionado ao intervalo correspondente à última década. Contudo, não se pode deixar de considerar todo o tempo de atuação da escola, pois o itinerário histórico segue uma sequência de acontecimentos interconectados e interdependentes, de maneira que os fatos não são isolados e os acontecimentos de um período influenciam o desfecho dos eventos e resultados nos períodos subsequentes. Por isso, serão apreciados relatos e informações orais de professores que tiveram atuação marcante na história da Escola, tendo como critério a acessibilidade a estas pessoas. Além disso, serão utilizados também documentos escritos em qualquer época, como fontes interessantes e plausíveis para a elucidação de lacunas que ocasionalmente sejam detectadas na análise do tema em questão.

Como instrumento de coleta de dados será utilizado um questionário com perguntas a serem feitas aos professores participantes da pesquisa. Será utilizado um roteiro com questões



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

orientadoras para as entrevistas semiestruturadas com esses profissionais, além de um equipamento audiovisual para o registro das entrevistas. Este questionário será composto por perguntas direcionadas ao professor participante visando esclarecer a pergunta da pesquisa que está detalhada da seguinte forma:

1) Como os professores de uma escola do agreste pernambucano descrevem as mudanças ocorridas no contexto escolar, advindas da implementação de políticas estaduais de educação, no último decênio?

1.a A que os professores atribuem a instauração destas políticas?

1.b Qual a participação dos professores na implementação das políticas?

1.c Quais as mudanças descritas pelos professores como decorrentes da execução dessas políticas na escola, especialmente na sala de aula, quanto a: currículo, avaliação, prática docente, gestão?

2) Quais os obstáculos identificados pelos professores de uma escola pernambucana na efetivação destas políticas?

2.a Que estratégias foram utilizadas para superar estes obstáculos?

O processamento e análise dos dados levantados nesta pesquisa se dará a partir da transcrição das entrevistas e análise do conteúdo, na perspectiva de Bardin (2009). Portanto, o objeto de análise serão as entrevistas realizadas com os professores participantes.

Algumas considerações

É importante ressaltar que o presente trabalho trata de um projeto em andamento, ainda na fase de revisão de literatura, e apresenta o resultado parcial da revisão bibliográfica referente às políticas de avaliação externa implementadas no Estado de Pernambuco.

Ao transformar a avaliação e monitoramento da rede de ensino em política pública, a Secretaria de Educação de Pernambuco coloca para os professores novos parâmetros para a execução do seu trabalho docente, mediante a necessidade de conformação do currículo aos descritores e competências exigidas por tal política.

Entende-se que a história institucional de uma escola é singular e individual, entretanto, está sujeita não apenas ao contexto local, às necessidades e anseios da comunidade mais próxima, mas a uma conjuntura mais ampla que inclui todo o sistema educacional estadual; está submetida às políticas implementadas que, às vezes, contradizem o caminho particular percorrido pela instituição ou mesmo às demandas da própria comunidade.



REFERÊNCIAS:

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, julho 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113.pdf> Acesso em: 08/07/2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular, 2ª. Edição Revista**.

2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf> Acesso em: 16/07/2016,

DELGADO, Adriana Patrício. **O Impacto das Políticas Públicas nas Práticas Escolares sob a Ótica da Avaliação de Aprendizagem**. Espaço do Currículo, v.4, n.2, pp.162-171, Setembro de 2011 a Março de 2012, ISSN 1983-1579. Disponível em:

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec> Acesso em: 13/06/2016.

FALSARELLA, Ana Maria. **Autonomia escolar e a elaboração do projeto pedagógico: o trabalho cotidiano da escola face à nova política educacional**. Tese de Doutorado apresentada à PUC-SP – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, 2005. Disponível em:

http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/processaPesquisa.php?PHPSESSID=f85d3d39980b621ddb924859e8850002&listaDetalhes%5B%5D=11550&processar=Processar Acesso em 09/07/2016

FALSARELLA, Ana Maria. **Repercussões das Políticas Educacionais no Âmbito Escolar**. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 254-271, set./dez. 2013. Disponível em:

<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/180/pdf> Acesso em: 09/07/2016

FREITAS, Alexandre. **A Base Nacional Comum Curricular e a educação banqueira**.

Publicado 11/03/2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/educacao/educacao-banqueira> Acesso em 23/06/2016.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; DE BARROS NOGUEIRA, Flávia Maria. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação**.

@ rquivo Brasileiro de Educação, v. 3, n. 5, p. 102-129, 2016.

Disponível em:

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publicas_PNE.pdf Acesso em: 09/07/2016.

FURTADO, Clayton Sirilo, GALVÃO, Ailton Fonseca. **Bonificação Educacional em Pernambuco**. Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 18 a 20 de setembro de 2014.

Disponível em:

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_12_08_2014_15_05_08_idinscrito_32322_cb555ce3b1a0b887c7fd9cc739dfd39b.pdf Acesso em: 24/06/2016.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

LANKSHEAR, Colin, KNOBEL, Michele. **Pesquisa Pedagógica: do projeto à implementação.** Tradução Magda França Lopes, Porto Alegre: Artmed, 2008.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Comum: Novas Formas de Sociabilidade Produzindo Sentidos para Educação.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 3, p.1530 – 1555, out/dez 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> Acesso em: 20/06/2016.

MOREIRA, Marco Antonio. **Metodologias de Pesquisa em Ensino.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf> Acesso em: 30/06/2016.

TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.